

Sumário

Nota Introdutória	xi
--------------------------------	----

PRIMEIRA PARTE – ARTIGOS

Princípio da Correlação entre Demanda e Sentença no Direito Processual Civil	3
1. Introdução	3
2. Inércia da jurisdição	4
3. Correlação entre demanda e sentença.....	5
4. Correlação entre demanda e tutela cautelar	10
5. Correlação entre demanda e tutela antecipada.....	11
6. Exceções ao princípio	12
7. Conclusão	16
Breves Considerações sobre a Impugnação das Decisões Proferidas no Processo do Mandado de Segurança	17
1. Introdução.....	17
2. Os recursos cabíveis no processo do mandado de segurança	18
2.1. Considerações preliminares	18
2.2. Apelação.....	19
2.3. Agravo.....	21
2.3. Embargos infringentes	22
2.4. Embargos de declaração.....	23
2.5. Recurso ordinário	24
2.6. Recurso especial, recurso extraordinário e embargos de divergência .	25
3. Meios não-recursais de impugnação das decisões judiciais proferidas no processo do mandado de segurança	26
3.1. Considerações preliminares	26
3.2. Ação rescisória.....	26
3.3. O mandado de segurança contra decisão proferida em mandado de segurança	28
3.4. A suspensão de segurança.....	29
4. Conclusão	32
Mecanismos Processuais de Tutela do Meio Ambiente	33
I. Introdução.....	33
II. A “ação civil pública ambiental”	34

III. A “ação popular ambiental”	36
IV. O mandado de segurança ambiental	36
V. O mandado de injunção ambiental	37
VI. A tutela jurisdicional do meio ambiente no direito comparado: breves anotações	38
VII. As dificuldades práticas na busca de tutela do meio ambiente	41
VIII. Conclusão	42
Evicção do Bem Arrematado em Hasta Pública	43
I. Introdução	43
II. O conceito de evicção	43
III. Natureza jurídica da arrematação	46
IV. Evicção e arrematação em processo executivo	48
V. Proteção do arrematante contra os riscos da evicção	51
VI. O real significado do art. 447, in fine, do Código Civil	52
VII. Conclusão	54
A Oralidade e o Processo Civil Brasileiro – Estado Atual da Questão	55
I. Introdução	55
II. O princípio da oralidade (brevíssimos apontamentos)	55
III. A oralidade e o Código de Processo Civil	60
IV. A oralidade e os Juizados Especiais Cíveis	66
V. Sugestões de lege ferenda	70
Conciliação e Mediação no Processo Civil Brasileiro – Estado da Questão ..	73
I. Introdução	73
II. Análise conceptual da conciliação e da mediação	74
III. A conciliação e a mediação no Direito brasileiro vigente	75
IV. A conciliação e a mediação no direito projetado	79
V. Análise crítica das propostas de modificação legislativa	82
VI. Conclusão	85
Intervenção Forçada de Terceiros e Responsabilidade Civil do Estado	87
I. Introdução: uma conclusão previamente anunciada	87
II. Breves considerações sobre a responsabilidade civil do Estado e do servidor causador do dano	88
III. A tese do não-cabimento da denunciação da lide: análise e crítica	93
IV. A tese do cabimento da denunciação da lide: análise e crítica	101
V. O cabimento do chamamento ao processo: a demonstração da conclu- são previamente anunciada	105
VI. Encerramento	108

A Emenda Constitucional 45/2004 e a Homologação de Sentença Estrangeira: Primeiras Impressões	109
I. Introdução.....	109
II. A mudança da competência para homologar sentenças estrangeiras para o STJ e suas conseqüências processuais	110
III. A mudança na redação do texto constitucional	113
A Valoração da Perícia Genética: Está o Juiz Vinculado ao Resultado do "Exame de ADN"?	117
I. Introdução.....	117
II. A apresentação de uma tendência: supervalorização do exame de ADN .	118
III. Verdades científicas? Uma análise crítica do exame de ADN	120
IV. O exame de ADN e o sistema da persuasão racional	124
V. Conclusão	128
Colisão de Direitos Fundamentais, Direito à Saúde e Tutela Antecipada ...	129
I. Introdução.....	129
II. Os direitos fundamentais: brevíssimas considerações.....	130
III. A colisão de direitos fundamentais	131
IV. A tutela antecipada: brevíssimas considerações	132
V. A proibição de tutela antecipada irreversível: solução de um caso de colisão de direitos fundamentais por via de lei	133
VI. A antecipação da tutela irreversível nos casos de colisão de direitos fundamentais, especialmente nos casos que envolvem o direito à saúde .	135
Reconhecimento de Ofício da Prescrição: uma Reforma Descabeçada e Inócua	143
Anotações sobre Competência Internacional	157
I. Introdução.....	157
II. A competência internacional na teoria geral do Direito Processual....	158
III. A competência internacional.....	159
IV. Competência internacional concorrente e exclusiva	160
V. A competência internacional concorrente da Justiça brasileira (art. 88 do CPC).....	162
VI. A competência internacional exclusiva da Justiça brasileira (art. 89 do CPC)	164
VII. A litispendência internacional	168
VIII. A conexão internacional	169
IX. O foro de eleição e a competência internacional	170
X. O princípio da não-denegação de justiça	170
XI. Conclusão	172

Cumprimento da Sentença Arbitral após a Reforma do CPC	173
I. Introdução.....	173
II. Considerações preliminares: a sentença arbitral como título executivo judicial.....	174
III. Algumas outras considerações preliminares: a natureza jurídica do módulo processual de execução de títulos judiciais.....	175
IV. O modo de se desenvolver do processo de execução da sentença arbitral.....	176
V. Procedimento da execução de sentença arbitral que condena a fazer ou não fazer	178
VI. Procedimento da execução de sentença arbitral que condena a entregar coisa.....	179
VII. Procedimento da execução por quantia certa fundada em sentença arbitral.....	179
VIII. A defesa do executado na execução de sentença arbitral	180
IX. Breves referências ao direito comparado	181
X. Conclusão.....	182
Da Eviscção – Aspectos Materiais e Processuais	185
I. Evolução histórica do instituto.....	185
II. Breves notas de direito comparado	189
III. Conceito	195
IV. Aspectos materiais.....	198
V. Aspectos processuais	200
VI. Conclusão.....	209
O Novo Regime da Alienação de Bens do Executado	211
I. Introdução.....	211
II. A modificação da ordem de utilização dos meios de expropriação de bens penhorados.....	212
III. A adjudicação.....	213
IV. A alienação por iniciativa particular.....	216
V. A alienação em hasta pública	217
V. Alienação por “usufruto de bem móvel ou imóvel	218
VI. Conclusão.....	219
Redução do Valor da Astreinte e Efetividade do Processo	221
I. Considerações preliminares	221
II. A astreinte no Direito brasileiro: conceito e natureza jurídica.....	222
III. A astreinte e a efetividade do processo.....	224
IV. A possibilidade de modificação do valor da astreinte	228

V. A redução do valor da astreinte: análise de uma tendência jurisprudencial	234
VI. Conclusão	239
Legitimidade da Defensoria Pública para Ajuizar Ação Civil Pública: um Possível Primeiro Pequeno Passo em Direção a uma Grande Reforma.	241
Poderes Instrutórios do Juiz e Processo Civil Democrático	249
1. Introdução.....	249
2. Poderes instrutórios do juiz no processo civil brasileiro	249
3. Análise do direito comparado.....	253
4. O processo civil democrático: a necessária legitimidade dos fins e dos meios	255
5. A legitimidade democrática do art. 130 do Código de Processo Civil.	257
6. Breve referência ao processo penal	264
7. Conclusão	265

SEGUNDA PARTE – PARECERES

Legitimidade de associação de classe para a impetração de mandado de segurança coletivo em matéria tributária. Competência para o processo de mandado de segurança coletivo.....	269
Vaga de garagem alugada por condomínio ao condômino. Falta de pagamento dos alugueres e acessórios. Determinação da via processual adequada para retomar o imóvel	287
Demanda de cobrança de débito condominial em face de Estado estrangeiro. Competência da Justiça Federal. Imunidades de jurisdição e de execução.....	293
Testamento cerrado. Validade. Incidente de falsidade. Revogação de “doação” por testamento posterior.....	299
Proposta de reforma de todo o sistema processual brasileiro. Indicação que não está de acordo com os avanços da moderna processualística. Rejeição da proposta	317
INPI. Competência territorial. Litispendência e conexão entre causas. Litigância de má-fé (ausência)	349
Portarias emitidas com base no Estatuto da Criança e do Adolescente. Necessidade de observância das garantias constitucionais do processo	377

Perícia complexa e necessidade de nomeação de diversos peritos, de especialidades diferentes. Regime de interposição do agravo. Publicidade do processo	391
Assistência. Cabimento e procedimento de admissão do terceiro interveniente. Litigância de má-fé.....	427

TERCEIRA PARTE – ANEXO

Saudação à Ada Pellegrini Grinover	451
--	-----